



Voz do Santuário

ÓRGÃO OFICIAL DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DAS PRECES

PROPRIEDADE DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS PRECES : : : : : DIRECTOR PADRE MÁRIO OLIVEIRA DE BRITO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ALDEIA DAS DEZ • OLIVEIRA DO HOSPITAL • COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA DE COIMBRA, L.D.A. • LARGO DE S. SALVADOR, 1-3 • COIMBRA • TELEF. 24787

Festa da Senhora das Preces

N^{OS} dias 5 e 6 de Julho realizar-se-á a Festa de N.^a Senhora das Preces. Esta é a grande notícia que damos aos nossos leitores — notícia que vai desmentir a que alguns jornais publicaram e lhes foi fornecida por um correspondente apressado, estranho à Irmandade.

A verdade manda dizer que estivemos tentados, de facto, a não fazer a Festa. A actual Mesa da Irmandade desanimou bastante com os ataques que este Santuário tem sofrido, sobretudo quando se tenta retirar-lhe a posse de terrenos que lhe são indispensáveis; desanimou ainda com a ameaça, escrita e assinada, de que, no dia da Festa, alguns estranhos à Irmandade iriam apoderar-se das ofertas de N.^a Senhora e do produto das cobranças. Onde chega o descaramento!

Quando, em Assembleia Geral da Irmandade, comunicamos isto, todos os Irmãos menos a Mesa, se pronunciaram contra a realização da Festa neste ano. E digam os nossos leitores se não havia razões para tanto! Foi então que o dito jornalista veio a público alarmar as pessoas. E logo choveram montes de cartas e dezenas de telefonemas a reclamar a Festa.

Esta reacção do público alegrou-nos. Ela veio dizer-nos o que já temos escrito: o Santuário e a sua Festa não é tanto de Vale de Maceira, como do bom Povo das Beiras — desse cristianíssimo Povo que o utiliza, o subsidia e o ama de verdade.

Em 2 de Março reuniu a Mesa da Irmandade para deliberar sobre a Festa. E deliberou consultar as Autoridades civis. Se estas se comprometessem com a manutenção da ordem, (um bem público), fariamos a Festa.

Foi o que aconteceu. Feita uma exposição ao Ex.^{mo} Sr. Governador Civil, respondeu este, amavelmente, na volta do correio. A ordem será mantida. Gostámos desta resposta decidida e rápida de quem é a expressão máxima da Autoridade no Distrito. Ela denota firmeza, desejo de Ordem, estima pelo Povo.

A nossa Festa realizar-se-á, pois. Estamos certos que ela irá congregiar muitos milhares de beirões, como tem acontecido. Esperamos que todos colaborem connosco e não dêem ouvidos a quem, no meio da grande orquestração que nos envolve, só sabe desafinar.

Subamos, mais uma vez, a montanha de N.^a Senhora. Ali o ar é mais puro e o Céu mais próximo. Ali devemos esquecer ódios e vinganças. Ali devemos libertar-nos do que nos desune. Ali devemos erguer fervorosas preces à Virgem pelas nossas intenções e por este País renovado, onde, desejamos, desapareçam atropelos e haja lugar para todos os filhos de Portugal.

P. Sousa

Boas

Festas

Aos nossos prezados assinantes, leitores e suas famílias deseja a «Voz do Santuário» uma Páscoa Feliz e que Jesus Ressuscitado conceda a todos as suas melhores bênçãos.

Voz do Santuário ESCLARECIMENTO

O último número da «Voz do Santuário» foi publicado em Novembro e porque tinha o dobro de páginas, dissemos que correspondia aos meses de Novembro e Dezembro.

Nos meses de Janeiro-Fevereiro não se publicou: 1.º porque o Santuário está de luto; 2.º por falta de saúde e disposição de quem o faz; 3.º porque muitos assinantes continuam esquecidos, apesar de constantemente serem lembrados.

Toda a gente sabe que sem sangue não se fazem morcelas; sem tinta as máquinas não imprimem; sem energia as rodas não andam; sem notas não toca a música; e sem as carteiras gemerem não gemem as rotativas. E é por isso que a «Voz» está calada.

Presados assinantes, se querem que tudo corra como dantes, metam a mão na consciência (ou melhor na carteira) e mandem para cá.

Leitor amigo, isto será consigo?

A Questão do Santuário

A resposta que os Srs. de Vale de Maceira levaram ao Presidente da Mesa e que este entendeu por bem transcrever no livro de actas é bastante misteriosa: «a solução do problema dos terrenos, neste momento, não depende de nós; se dependesse, daríamos ao Santuário alguns, não todos os terrenos».

Resposta tanto mais misteriosa quanto até constou — não sabemos — ter sido elaborada numa reunião que houve fora de Vale de Maceira.

Ora, quando do embargo à venda do pinheiro, em Setembro, como não havia lei que tal sancionasse, pretendeu-se fazer crer que eram coisas do Povo; que os terrenos e pinheiros eram do Povo e a ele pertencia decidir. Agora que cinco meses passaram e já amadureceram muita coisa, perguntou-se aos mesmos elementos do Povo se estavam dispostos a dar ao Santuário os terrenos que dizem seus e estes respondem que não é com eles! Até acreditamos que isso é verdade... Mas não podemos deixar de perguntar: então com quem será? Não andarão alguém a manobrar, por trás, este punhado de homens e a servir-se do nome do Povo? Enfim... perguntas sem resposta...

Fique bem claro que acreditamos que a Câmara e a Junta de freguesia não estarão implicadas. Ambas têm manifestado, pelo menos, interesse em resolver este problema que feriu a consciência católica e a sensibilidade bairrista da gente da região.

Quanto à segunda parte da resposta — daremos algum terreno, não todo, não conseguimos perceber uma coisa. Armando-se os Srs. de Vale de Maceira em defensores do Santuário e dizendo que só querem o seu bem, não vemos

(Continua na página quatro)